

A participação do Serviço Social na intervenção socioambiental das organizações empresarias

Paula Raquel Bezerra Rafael¹
paularaquelb@gmail.com

Modalidade do Trabalho: resultados de pesquisa
Eixo temático: trabalho na contemporaneidade, questão social e trabalho social.
Palavras-chave: Capitalismo contemporâneo, questão ambiental, intervenção socioambiental, empresas, serviço social.

Introdução

A nossa pesquisa tratou de discutir o trabalho das assistentes sociais no interior dos programas e projetos socioambientais nas empresas. As discussões que permitiram compreender o universo deste objeto de estudo estão inseridas no debate sobre as contradições do sistema produtivo do capital e suas implicações para o agravamento da “questão ambiental” na contemporaneidade.

A forma como o capitalismo determina a relação da humanidade com a natureza é caracterizada pela destrutividade das condições básicas de sobrevivência, pela consolidação de uma sociabilidade sedimentada na perdularidade e desperdício dos recursos naturais e humanos. No momento em que essas contradições impõem determinadas limitações à permanência da hegemonia do ideário burguês e ameaça a reprodução da vida no planeta estas passam a se converter em uma problemática que interpela o conjunto das classes sociais e setores diversos, invocando saídas dentre as quais comparece o discurso da sustentabilidade, o qual presume intervenções voltadas para os efeitos destrutivos da produção.

Embora este conceito permaneça como objeto de disputas teóricas e ideopolíticas, fato é que a sua apropriação por parte dos setores hegemônicos da sociedade tem restringido cada vez mais o seu potencial contestatório, alinhando-o com os interesses mercantis. Trata-se de práticas que se limitam à administração da “questão ambiental”, sem tencionar o seu cerne, de onde emerge a destruição do planeta e a descartabilidade. Quando os efeitos da “questão ambiental” adquirem dimensões planetárias, o debate sobre a temática se acirra em torno da sustentabilidade ambiental, econômica e social,

¹ Assistente Social, mestre em Serviço Social pela universidade Federal de Pernambuco /Brasil. Ponencia presentada en el XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional.** Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de octubre 2009.

inspirando os mais diversos grupos societários para realização de práticas e condutas que consideram a preservação dos recursos naturais e a salubridade do ambiente.

A pesquisa nos mostrou que as organizações empresariais vêm protagonizando as intervenções neste campo. Essa expressiva atuação é reveladora dos investimentos que as corporações destinam à chamada gestão socioambiental dos negócios empresariais, sendo esta amparada pelas orientações dos organismos internacionais através de encontros, deliberações e pactos mundiais estabelecidos entre as maiores potências do planeta.

A intervenção das empresas na área socioambiental está voltada para a reestruturação do aparato produtivo e distribuição de serviços de maneira ambientalmente sustentável, além da disseminação de valores e atitudes afinadas com os princípios da sustentabilidade. Nesse último caso, a educação ambiental se destaca como promotora de uma pretensa conscientização dos indivíduos no tocante à importância da preservação da natureza, de práticas que minimizem os efeitos destrutivos da relação que os homens estabelecem com seus pares e com a natureza.

Desenvolvimento

É no contexto do agravamento da “questão ambiental” – o qual incide diretamente nas formas de vida humana e nas mediações que compõe as relações sociais - que o Serviço Social se insere nas questões relativas ao meio ambiente. Dada a dimensão planetária tomada pelas expressões da “questão ambiental” e a sua publicização, também em nível mundial, as mais diversas instituições no mundo, inclusive as instituições empresariais, afirmam assumir um comportamento “ambientalmente responsável” no que se refere à reestruturação do aparato produtivo, ao trato das chamadas “externalidades” da produção e ainda à disseminação de uma cultura ambientalista. É, fundamentalmente, no âmbito da educação ambiental, que se inscrevem os assistentes sociais que trabalham nas empresas.

Tal constatação se assenta no fato de que, historicamente, o Serviço Social tem-se inserido nos processos de organização da cultura visto que a sua prática profissional reproduz elementos constitutivos da dimensão político-ideológica dos sujeitos sociais,

com rebatimentos nas relações de hegemonia² devido ao caráter pedagógico da profissão.

A histórica função pedagógica do Serviço Social é analisada criticamente por Abreu, através do que a autora chama de **nexo orgânico** da profissão, e seu perfil pedagógico, com as demandas da acumulação capitalista: *“A função das relações pedagógicas constitui, de fato, formas de persuasão e coerção das classes subalternas para adesão e consentimento à exploração e dominação capitalistas (2002, p.28)”*.

Iamamoto (2007), por sua vez, informa que no exercício profissional os (as) assistentes sociais dispõem de uma relativa autonomia na condução da suas ações profissionais, incluindo-se as práticas pedagógicas, construída a partir da formação profissional em nível universitário e da consolidação do aparato legal que regulamenta e rege o trabalho dos (as) assistentes sociais, conferindo à profissão legitimidade social e delimitação de suas funções e atribuições perante os empregadores.

Aquela autonomia é considerada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeadas por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras. (IAMAMOTO, 2007, p. 415).

A autora nos aponta que é na contradição das relações sociais, campo da disputa por hegemonia entre as classes, que está inserido o trabalho do assistente social. É de acordo com a firmeza e consolidação do seu projeto político profissional e dos condicionantes institucionais, que será orientada a sua prática, ora para atender as necessidades da classe trabalhadora, ora as da burguesia.

Mota adensa a discussão:

Estamos tratando aqui de um ambiente atravessado/ determinado pela existência de interesses e posições de classe, reveladores de relações posições de confronto, conflito e heterogeneidade política. Em ambas as situações o que está em jogo é a tensão entre as necessidades do capital e as do trabalho cuja natureza antagônica é contraditória e originária do modo desigual como estas classes participam do processo de produção de riqueza socialmente produzida. (2003, p. 09).

² “Hegemonia na análise gramsciana refere-se não apenas à função de domínio, mas, fundamentalmente, à função de direção intelectual que uma classe ou frações de classes imprime ao conjunto da sociedade, mediante processos coercitivos e persuasivos, em que a ideologia (como concepção de mundo) é elemento central”. (Abreu, 2004, p. 45).

É sob essa perspectiva de totalidade, levando em conta as contradições das relações sociais, suas implicações e mediações políticas, ideológicas e econômicas, que pretendemos analisar o trabalho dos (as) assistentes sociais na gestão socioambiental das empresas, uma vez que se torna imprescindível “romper as uniteralidades presentes nas leituras do trabalho do assistente social com vieses ora fatalistas, ora messiânicos, tal como se constata no cotidiano profissional”.(IAMAMOTO, apud IAMAMOTO, 2007, p. 417).

Na esteira da discussão sobre o trabalho do assistente social, vale salientar que a dimensão pedagógica destacada nesse trabalho encerra três outras dimensões da prática profissional (MOTA, 2003). São elas: a dimensão política – que se encontra no campo das possibilidades de o (a) assistente social interferir na correlação da luta de classes através dos instrumentos e mecanismos institucionais voltados para a administração das desigualdades sociais; a dimensão ética – ancorada em princípios humanos e emancipatórios; e, por fim, a dimensão técnico-operativa - capaz de articular os meios de trabalho e os seus instrumentos com os objetivos e metas traçadas.

Para nós, a dimensão pedagógica, evidenciada pelos profissionais do Serviço Social nos processos de organização da cultura e disseminação de valores – inscritos sob bases contraditórias – também se destaca na intervenção profissional em programas e projetos voltados para a gestão socioambiental nas empresas.

A área ambiental é um espaço sócio-ocupacional relativamente recente no Serviço Social e isso se deve, provavelmente, ao fato de que a criação de programas socioambientais nas empresas data dos anos 80/90 momento em que a problemática ambiental se constitui como objeto de intervenção de diversos segmentos da sociedade e do Estado, como resposta à acentuação da depredação do planeta.

Em decorrência deste movimento, a “questão ambiental” e a ação profissional nessa área vêm se ampliando, ganhando visibilidade na agenda dos profissionais, redefinindo o mercado de trabalho não só no interior das unidades empresariais como também nas ONG's e Serviços Públicos, despertando, assim o interesse da comunidade acadêmica por congregar importantes elementos tanto para o desenvolvimento da pesquisa científica quanto para a intervenção profissional³.

³ Os itens 3.2 e 3.3 deste capítulo tratam, respectivamente, da evolução da pesquisa científica sobre a temática ambiental no interior da profissão, e da intervenção profissional nos programas e projetos socioambientais das empresas.

A aproximação do Serviço Social com as expressões da “questão ambiental”: vem inspirando pesquisas e consolidando novos objetos de estudo voltados para identificação das determinações e diversas expressões da problemática ambiental.

Segundo Mota (2003):

(...) a chave para desvendar as tendências do Serviço Social nesse início de milênio é o conhecimento da própria realidade, posto que nela estão presentes os processos sociais sobre os quais a profissão intervém. Em termos gerais, significa apreender os processos societários em curso e os modos e meios através dos quais eles afetam o conjunto da vida social, em cada realidade. (2003, p. 11).

Nestes termos, o estudo das determinações fundantes da “questão ambiental”, bem como das formas de intervenção em suas manifestações - o qual contribua para o entendimento crítico do movimento do real – faz-se decisivo à qualificação do exercício profissional neste campo.

A pouco, ressaltamos que os processos formadores de uma cultura ambientalmente responsável aparecem como uma das estratégias das instituições para administrar os efeitos nefastos da produção destrutiva. A nossa pesquisa nos mostrou que as empresas investem massivamente em ações que viabilizem a educação ambiental⁴. São práticas consideradas educativas que possibilitem a “conscientização” e responsabilização dos indivíduos sobre as causas e os meios de minimizar os problemas ambientais.

A educação ambiental ocupa centralidade nas práticas e programas das empresas através de campanhas educativas, seminários, oficinas, etc. e, em geral, está amparada teórico-metodologicamente pelo pensamento “ecologista” hegemônico, que advoga a superação do antropocentrismo, supervalorizado na contemporaneidade, em favor de uma visão biocêntrica⁵ das relações do homem com a natureza (SILVA, 2008). Segundo essa abordagem a superação da “crise ambiental” está na transformação das formas de pensar e agir, ou seja, na mudança radical do comportamento dos indivíduos em sociedade, através da construção de uma ética ambiental balizada na consolidação de uma relação preservacionista face à natureza (SILVA, 2008). Essa perspectiva desconsidera os determinantes sociais da “questão ambiental”, qual seja: a forma

⁴ Dado que pretendemos demonstrar na última sessão desse capítulo.

⁵ Silva (2008) nos informa que a “afirmação de uma **ética biocêntrica**, embora não seja, comum a todo o pensamento ecológico, constitui outro ponto de tensão entre este e o campo marxiano. Sob argumento de combate ao antropocentrismo o que se vê é uma recusa do humanismo, colocando todas as espécies vivas no mesmo plano. Sobre isto indaga Lowy: “Será justo considerar que o bacilo de Koch ou o anófele têm o mesmo direito à vida que uma criança doente de tuberculose ou de malária?”(LOWY, apud, SILVA 2008, pg. 234).

destrutiva como o sistema do capital realiza a produção, através da exploração e descarte dos recursos humanos e sociais e naturais.

Esse pensamento é adotado pela maioria das organizações para orientar o enfrentamento das questões afetas à destruição/dilapidação da natureza, o qual tem na educação ambiental a principal via para formação de uma cultura “ecológica” que aventa a possibilidade de uma relação harmônica com a natureza, por meio de mudanças atitudinais. Apesar da importância destes investimentos para a obtenção de avanços civilizatórios – posto que pode contribuir para melhoria da qualidade de vida e para uma relação menos predatória com a natureza – o que vem sendo demonstrado é que estas iniciativas têm sido insuficientes para deter a destrutividade.

No campo da crítica à visão hegemônica dos processos educativos relacionados ao meio ambiente, Loureiro afirma ser essa uma concepção conservadora e comportamentalista. Segundo ele, essa perspectiva reproduz a:

Busca por mudança cultural e individual como suficiente para gerar desdobramentos para a sociedade e como forma de aprimorar as relações sociais, tendo como parâmetro as relações vistas como naturais, sem entrar no mérito a possibilidade histórica de construir outro sistema social, adotando geralmente uma abordagem funcionalista da sociedade e organicista do ser humano. (2006, p. 112).

Entendemos que a educação ambiental não está fadada a uma concepção conservadora, instrumental, de caráter exclusivamente cultural e comportamental. Ela possui uma dimensão contraditória, como as demais práticas sociais e pode ser objeto de disputa tanto de setores conservadores, quanto de progressistas da sociedade.

Diferentemente da tendência hegemônica, outras perspectivas vêm se desenvolvendo e defendendo a utilização de categorias críticas no processo de entendimento da “questão ambiental”. São intelectuais, militantes, legisladores, gestores afinados com a teoria social crítica, e partem da perspectiva de totalidade para entender os fundamentos da “questão ambiental”. Para este setor mais progressista⁶:

A problemática ambiental tem origem na forma histórica com que o sistema do capital exerce o domínio sobre a natureza, convertendo-a em mercadoria e submetendo-a as necessidades de sua reprodução. (SILVA, 2008).

⁶ Identificam-se com essa abordagem crítico-social Lowi, Chesnais e Serfatti (2003), Foladori (2001), Loureiro, 2002, entre outros.

Esse tipo de abordagem imprime outra perspectiva à educação ambiental fundamentada e orientada ideo-politicamente no tensionamento dos mecanismos de reprodução da “questão ambiental”, ou seja, pela

Busca por transformação social, o que engloba indivíduos, grupos e classe sociais, com base para a construção democrática de “sociedades sustentáveis” e novos modos de se viver com a natureza. (LOUREIRO, 2006, p. 112, Grifos do autor).

Essa proposta defende uma educação ambiental crítica com objetivo de formar sujeitos coletivos com capacidade para tensionar e enfrentar as determinações do agravamento da “questão ambiental”, a partir de instrumentos que congreguem, numa mesma ação, elementos ambientais e políticos com vistas a uma transformação radicalmente emancipatória da atual sociabilidade.

É nesse campo de disputas que o Serviço Social é chamado para intervir nos processos pedagógicos desenvolvidos no interior da gestão socioambiental das organizações empresariais. As tensões teórico-políticas presentes na educação ambiental se aproximam daquelas que são próprias à ação profissional do (a) assistente social, quais sejam: a racionalidade conservadora e imediatista imposta pelos empregadores nos locais de trabalho e o compromisso ético-político profissional voltado para a implementação dos direitos, tendo como horizonte último a conjunção de esforços para superação da ordem burguesa.

Nesse caso, dependendo das condições de trabalho, das determinações institucionais, da capacidade do (a) assistente social em decodificar o movimento do real e suas contradições e, ainda, de compreender a estruturação ídeo-política dos espaços sócio-ocupacionais onde trabalha, o profissional do Serviço Social, munido das dimensões profissionais que lhe são concernentes, vai direcionar a sua prática político-pedagógica para objetivação de uma educação ambiental ora carregada de conteúdo crítico, ora subordinada a uma visão conservadora e comportamentalista.

Conclusões

Pudemos observar que a as questões afetas ao meio ambiente nos marcos do capitalismo vinculam-se à forma social através da qual o capital reproduz e atualiza as práticas produtivas, convertendo a natureza em mercadoria para favorecer o seu desenvolvimento. Como estratégia privilegiada para assegurar as bases de sua reprodução o modo burguês de produzir se assenta na organização de uma cultura

legitimadora de seu projeto civilizatório. Para tanto, se utiliza de discurso educativo e ressocializador, que ganha materialidade nas políticas sociais. Segundo Abreu:

Assim como na intervenção na política de assistência, a intervenção engendrada pelo capital [para a preservação do meio ambiente] encerra um componente material que é referência concreta de determinada pedagogia; e como tal, historicamente constitui o eixo principal da organicidade da inserção do Serviço Social nas relações sociais, isto é da sua institucionalização e desenvolvimento na sociedade capitalista.(2002, p. 41).

É no campo das contradições das relações sociais que o Serviço Social se insere nos processos de organização da cultura⁷, sendo o trabalho dos seus profissionais apropriado para a conformação da hegemonia de projetos societários, num movimento que irá variar de acordo com a intensificação da disputa entre as classes sociais. Neste caso, pensar a função pedagógica do assistente social consiste em compreender os processos societários a partir dos fenômenos da realidade orientados pelas determinações da reprodução da sociedade burguesa.

Observando a profissão sob a ótica da totalidade, compreendemos que esta se vincula aos processos de afirmação da hegemonia da classe dominante. Contudo, a prática educativa carrega, potencialmente, elementos capazes de socializar valores e conteúdos multiplicadores da crítica ao projeto burguês, tendo em vista o Projeto Ético-Político da Profissão que avança na contracorrente de embate à hegemonia capitalista.

É sob esse viés que pensamos a educação ambiental como um dos instrumentos imbuídos de um potencial transformador da cultura destrutiva do capital. Para nós, esse potencial transformador pode se caracterizar como um elo que articula a educação ambiental e o típico caráter pedagógico do Serviço Social, com vistas para um tipo diferenciado de sociabilidade alinhada com o desenvolvimento da humanidade e não do capital.

Considerando a importância da ação pedagógica da profissão no processo de construção da cultura, destaca Abreu (2004):

⁷ Conceito de cultura aqui é gramsciano: modo de vida, pensar e agir, entendido em sua vinculação com as relações de hegemonia.

“A dimensão pedagógica do Serviço Social remete à sua função primeira, essencial na sociedade, isto é, diz respeito aos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos, contribuindo para a formação de subjetividades e padrões de conduta individuais e coletivas, elementos esses constitutivos de uma cultura, a qual diz respeito ao modo de vida, isto é, maneira de pensar e agir, sociabilidade, adequada a racionalização da produção e do trabalho, portanto, uma dimensão das relações de hegemonia na sociedade” (ABREU, 2004, p.66).

Neste caso, a educação ambiental se apresenta como importante elemento que compõe as estratégias para objetivação de uma sociedade pautada nos pilares da sustentabilidade. Contudo, não podemos perder de vista que, nas empresas, a sua implementação está condicionada a um determinado projeto hegemônico que pretende “perpetuar” as determinações capitalistas para a produção social.

Apesar das limitações impostas pelos interesses econômicos, principalmente no setor privado, a pesquisa nos mostrou que o trabalho realizado pelas assistentes sociais na gestão socioambiental das empresas está pautado em práticas que se convertem na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e na defesa dos direitos dos usuários, ainda que mediada pelos interesses econômicos dos empresários.

Desse modo, para estudar a intervenção profissional dos Assistentes Sociais, na contemporaneidade, faz-se necessário apreender enquanto totalidade a hegemonia de um projeto profissional sob a égide do paradigma crítico-dialético e que considera a perspectiva dos Direitos e da Cidadania como orientadora das ações profissionais, bem como da relação que os sujeitos profissionais estabelecem entre si, com os usuários e com as políticas públicas. Portanto, os valores engendrados pelo projeto ético-político do Serviço Social têm orientado os profissionais para uma intervenção profissional cuja *finalidade* reside em consolidar um processo diferente, que transforme as formas de ser e de se relacionar dos indivíduos em sociedade (LIMA, 2007, s/n).

Queremos lembrar que não é só no setor privado que o Serviço Social se insere para intervir nas questões da natureza. Esta é uma temática que encontra respaldo nos mais diversos campos de trabalho ocupados pelo Serviço Social. O que nos chama atenção é a proliferação de ações empresariais nesta área e a consolidação de um contexto, edificado internacionalmente pelos organismos internacionais, favorável a tal protagonismo.

O que ocorre é que ao otimizar os negócios empresariais reproduz-se a essência primeira do capital: a produção destrutiva. A gestão socioambiental empresarial representa um conjunto de iniciativas destinadas a atenuar os efeitos da dilapidação da

natureza, face à exacerbação da “questão ambiental”. No entanto, apesar das ações empreendidas representarem alguns avanços pontuais, estas vêm se revelando incapazes de deter a perdularidade e desperdício que caracterizam o sistema do capital.

Destarte, o capitalismo instituiu um tipo de sociabilidade na qual os indivíduos em sociedade reproduzem um modo de vida e de organização social condizente com as necessidades do capital em detrimento do desenvolvimento da humanidade para a humanidade. É por essa razão que assistimos à degradação do mundo seja em termos sociais ou ambientais. Apesar das alternativas até então implementadas, as estratégias utilizadas para minimizar os efeitos da produção destrutiva para os seres humanos – seja na esfera ambiental ou social - não dão conta da multiplicidade de expressões que a exploração sob o capital emana.

Um dos grandes desafios para a humanidade é a superação da sociedade regida pela lógica da lucratividade. Neste sentido, *“transformar a cultura e a concepção de mundo para poder mudar as relações com a natureza e com o planeta”* (LEROY e PACHECO, 2006, p. 42), faz-se tarefa essencial nos dias atuais. Caso a perspectiva emancipatória não esteja incluída nos processos de reorganização da cultura, na elaboração e implementação de estratégias para um planeta sustentável, continuaremos a reproduzir um tipo de sociabilidade destrutiva capaz de comprometer os elementos necessários para a reprodução da própria vida no planeta, inclusive a existência daquelas populações mais vulneráveis, aquelas que não poderão pagar pela sua sobrevivência.

Bibliografia

ABREU, M. M. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares da sociedade brasileira.** In: Serviço Social e Sociedade, Cortez Editora, pp 43-71, 2004.

IAMAMOTO, M. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007

LEROY, J.; PACHECO, T. Dilemas de uma educação ambiental em tempos de crise. **Pensamento Complexo, dialética e educação ambiental.** LAYRARGUES, P., LOUREIRO, F., CASTRO, R. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2006

LIMA, T. C. S. **As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do serviço social:** tendências da produção bibliográfica. Florianópolis: UFSC. 174 f. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006

LOUREIRO, C.F.B. Teoria Social e questão ambiental. In: **Sociedade e Meio Ambiente: educação ambiental em debate.** Carlos Frederico Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (orgs). 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, A. E. As dimensões da prática profissional. **Revista Presença Ética,** Recife, n. 3, Editora Universitária. 2003.

SILVA, M. G. **Da rua para a fábrica: a mediação do Estado na relação entre a indústria de reciclagem e o trabalho dos catadores de lixo.2002.** Projeto de doutorado em Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco- UFPE. s/ ed